



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO (PPCTM)

CURSO TÉCNICO EM DEFESA CIVIL DE NÍVEL MÉDIO – FORMA SUBSEQUENTE

CAMPUS CAMBORIÚ

BLUMENAU/SC

Maio/2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA

PRO-REITORA DE ENSINO

ROGÉRIO LUÍS KERBER

DIRETOR DO *CAMPUS* CAMBORIÚ

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO *CAMPUS* CAMBORIÚ

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

BRUNO CARLESSO AITA

CLEONICE MARIA BEPPLER

FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES

GILMAR BOLSI

LEANDRO MONDINI

MARCOS ALEXANDRE HEINIG

MARIA DE FÁTIMA BÜRGER BORDIN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	05
2	ÁREA DE ORIGEM IDENTIFICAÇÃO	07
3	IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	07
4	PERFIL DO CURSO TÉCNICO EM DEFESA CIVIL	10
4.1	Histórico Institucional do IFC – Campus Camboriú	10
4.2	Missão Institucional do IFC – Campus Camboriú	11
4.3	Visão Institucional do IFC – Campus Camboriú	12
4.4	Justificativa da Criação do Curso	12
5	OBJETIVOS DO CURSO	15
6	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS	17
7	RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	20
8	INTERDISCIPLINARIEDADE	20
9	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	21
10	CAMPO DE ATUAÇÃO	22
11	FORMA DE ACESSO AO CURSO	22
12	MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	23
13	EMENTÁRIO	24
14	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	44
15	ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS	47
16	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	47
17	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	50
18	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

19 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA -----	51
19.1 Descrição da Infraestrutura Disponível -----	51
19.2 Descrição da Biblioteca -----	52
19.3 Acessibilidade-----	53
20 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE -----	57
20.1 Descrição do Corpo Docente Disponível-----	57
21 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO -----	59
21.1 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível -----	59
22 ASPECTOS GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO-----	62
23 ORIENTAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO-----	63
24 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA-----	63
REFERÊNCIAS-----	64



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contém a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

sintonia e /ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar a reformulação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso Técnico, denominado **CURSO TÉCNICO EM DEFESA CIVIL – FORMA SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO**, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Assim, consideramos como diretrizes orientadoras, as premissas contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a Resolução Nº 04 de 06 de Junho de 2012, que dispõe sobre alteração na Resolução CNE\CEB Nº 003\2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2 ÁREA DE ORIGEM / IDENTIFICAÇÃO

CNPJ: 10.635.424/0004 - 29

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - *Campus Camboriú*

Endereço: Rua Joaquim Garcia, S/N. Camboriú. Santa Catarina. CEP 88340-055.

Telefone/Fax: (47) 2104 - 8000

E-mail de contato: ifc@ifc-camboriu.edu.br

Site da unidade: www.ifc-camboriu.edu.br

3 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

EIXO TECNOLÓGICO: Segurança

CURSO: **CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM DEFESA CIVIL.**

GRAU: Subsequente ao Ensino Médio

MODALIDADE: Presencial

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus Camboriú*

CARGA HORÁRIA: 810 horas

CARGA HORÁRIA TOTAL: 810 horas

TITULAÇÃO: Técnico em Defesa Civil

NÚMERO DE VAGAS: 40 VAGAS

OFERTA DE VAGAS: Anual

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: 3 (três) Semestres

TURNOS DE REALIZAÇÃO: Noturno



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

COORDENADOR:

Marcos Alexandre Heinig. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho. CPF 799.382.804-1. Matrícula SIAPE 2277873. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: marcos.heinig@ifc.edu.br

NÚCLEO DOCENTE BÁSICO:

Marcos Alexandre Heinig: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho. CPF 799.382.804-72. Matrícula SIAPE 2277873. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: marcos.heinig@ifc.edu.br; **Cleonice Maria Beppler:** Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e em Gestão de Emergências e Desastres. CPF 914.161.919 – 68. Matrícula SIAPE 1042249. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: cleonice.beppler@ifc.edu.br; **Flávia de Souza Fernandes:** Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Enfermagem do Trabalho. CPF 029.226.379-13. Matrícula SIAPE 2141010. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: flavia.fernandes@ifc.edu.br; **Leandro Mondini:** Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Gestão em Emergências e Desastres. CPF 005.864.699-07 Matrícula SIAPE 2349350. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: leandro.mondini@ifc.edu.br; **Bruno Carlesso Aita:** Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestre em Engenharia de Processos. CPF 016.205.480 - 70 . Matrícula SIAPE 2255081. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: bruno.aita@ifc.edu.br; **Gilmar Bolsi:** Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestre em Direito. CPF 509.631.129-53. Matrícula SIAPE 2771262. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0806. E-mail: gilmar.bolsi@ifc.edu.br; **Maria de Fátima Bürger Bordin:** Assistente de Aluno. Titulação Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. CPF 260.931.380 - 20 . Matrícula SIAPE 1006944. Regime de Trabalho: 40 horas. Telefone: (47) 2104 – 0802. E-mail: maria.bordin@ifc.edu.br.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

LEGISLAÇÃO:

- a) Resolução Nº 04 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação de 06 de Junho de 2012, que dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB Nº 003/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- b) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- c) Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a LDB;
- d) Resolução CNE Nº 04 de 13 de Julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- e) Resolução CNE Nº 02 de 30 de Janeiro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- f) Resolução CNE Nº 06 de 20 de Setembro de 2012, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- g) Lei Nº 11.741 de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- h) Resolução CONSUPER/IFC Nº 084 de 2014, que trata da Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- i) Lei Nº 11.892 de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- j) Lei Nº 11.788 de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências e,
- k) Lei Nº 12.608 de 10 de Abril de 2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

4 PERFIL DO CURSO TÉCNICO EM DEFESA CIVIL

4.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO IFC – CAMPUS CAMBORIÚ

O Colégio Agrícola de Camboriú – CAC, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Camboriú, foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.

Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, o qual passa, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O decreto número 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau profissionalizante.

Em 1990 o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, passou a oferecer outros cursos técnicos, de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, passa a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

oferecer o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007, foi implantado o Curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – ofertando ensino médio e qualificação profissional.

Localizado no município de Camboriú, estado de Santa Catarina, o Câmpus possui uma área total de 205 hectares com 9.024 m² de área construída e desta 5.840 m² são áreas construídas destinadas às atividades agropecuárias.

Em 2009, o CAC transformou-se num campus do Instituto Federal Catarinense, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos e assim tivessem a possibilidade de oferecer cursos superiores à comunidade, como faculta a lei.

No que se refere a cursos superiores, em 2010 três cursos foram lançados, Bacharelado em Sistemas de Informação, Tecnólogo em Negócios Imobiliários e Licenciatura em Matemática e por fim, em 2011, outros dois, Tecnólogo em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia. Em 2012 foi implantado no campus, o primeiro curso de especialização *lato sensu*, na área de Treinador e Instrutor de Cães-Guia.

4.2 MISSÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)

Proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

4.3 VISÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)

Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica em Santa Catarina.

4.4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

O planeta e o mundo social encontram - se em permanente modificação. As mudanças são manifestadas pelos movimentos sociais, revoluções tecnológicas, alternâncias de ideologias políticas, substituição de valores morais e éticos e, também, as transformações ambientais, geográficas e climáticas.

Um desastre é algo que não podemos, muitas vezes, evitar. Os fenômenos climáticos forçaram o homem a se adaptar, procurando viver de forma mais segura ou enfrentando os problemas quando estes ameaçam a vida e propriedade.

Os eventos climáticos extremos são mais rápido que as nossas atividades de prevenção e de resposta. Anualmente, eventos inéditos e inesperados como, índice de chuvas muito alto ou muito abaixo da média, movimentação de massas de solo, avanço da água do mar, ventos fortes e severos, edificações sendo colapsadas e, também, eventos adversos de origem tecnológica, estão sendo registradas.

Em Santa Catarina, nos últimos vinte anos, 64% das ocorrências de desastres estão relacionados a fatores climáticos, sendo que, 32% dos desastres são provocados por estiagem e 32% dos desastres são provocados por inundação e alagamentos (Secretaria Estadual de Defesa Civil, 2013).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A prevenção é considerada, a atitude mais coerente e com resultados positivos mais eficazes diante das adversidades. O mapeamento e o estudo participativo das áreas de riscos, o planejamento e a execução de obras mitigadoras, a mobilização e a preparação da população vulnerável, as campanhas de orientação e percepção, a integração entre os órgãos de resposta e a recuperação dos cenários atingidos, são ações necessárias para garantir a proteção da comunidade, das propriedades e dos recursos naturais.

Diante de um prognóstico suscetível a desastres, sempre devemos estar preparados. Técnicas, processos, recursos humanos e agências integradas sempre formam componentes da ação da Defesa Civil nos estados e municípios.

A gestão dos riscos e dos desastres exige a participação de pessoas e grupos em diferentes níveis. A combinação e a articulação de todas as forças, atributos e recursos disponíveis numa sociedade ou organização, devem ser providenciadas e gerenciadas no período de normalidade e\ou estabilidade. Fará mais diferença para esta prática sistemática e rotineira, se os agentes e os recursos humanos dotarem de recursos cognitivos correlatos com a questão da Defesa Civil.

O planejamento urbano aliado a gestão ambiental são consideradas ferramentas para o crescimento ordenado, sendo complementado por uma estrutura organizacional responsável pelas ações preventivas, de socorro, ações assistenciais e recuperativas, com finalidade de evitar os desastres e minimizar os seus impactos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A resolução Nº04 de 06 de Junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), dispõe sobre a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Tal Resolução manifesta a alteração do eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança, sendo criado em separado o eixo tecnológico Segurança, com a inclusão do Curso Técnico em Defesa Civil com carga horária de 800 horas.

Desde o ano de 2005, o então Colégio Agrícola de Camboriú – CAC\UFSC, iniciou por estímulo da comunidade, a formação de agentes voluntários (bombeiros civis, bombeiros voluntários, socorristas em atendimento pré-hospitalar básico, resgatistas, brigadistas empresariais, agentes ambientais e agentes em primeiros socorros) tendo como objetivos: a) ampliar as perspectivas e as oportunidades de trabalho e renda dos alunos e profissionais participantes; b) criar o espírito de ajuda mútua em situações de sinistros e desastres ambientais; c) mostrar ao aluno\participante, que em situação de desastre, ele é um componente fundamental para a sociedade; d) aumentar o número de cidadãos com conhecimentos e recursos nos procedimentos em urgências e emergências; e) diminuir o tempo resposta para o atendimento a uma emergência ou a um sinistro e, f) conhecer e aplicar a legislação vigente de atenção às ocorrências sinistrasas e emergenciais.

Buscando atender as necessidades comunitárias apresentadas, desde o ano de 2005, totalizaram-se 46 eventos de Capacitação e de Formação Inicial e Continuada - FIC, formando 857 profissionais, totalizando 6.274 horas de cursos e 22 municípios catarinenses contemplados, sendo eles: Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema, Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, São



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Francisco do Sul, Ilhota, Massaranduba, Indaial, Ascurra, Apiúna, Rodeio, Timbó, Jaguaruna, Concórdia, Presidente Getúlio, Ibirama, Pomerode, Penha e Balneário de Piçarras.

Tais cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) fomentaram solicitações por parte dos alunos e das empresas envolvidas, demonstrando que uma verticalização do ensino profissionalizante seria oportuna na Criação e Implantação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Forma Subsequente ao ensino médio, curso este implantado em 2011 e, com várias solicitações da sociedade civil organizada, da Criação do Curso Técnico em Defesa Civil, curso implantado em 2015.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nasceram com a finalidade de proporcionar a socialização do ensino e da formação profissional, calçada nos arranjos produtivos e sociais locais, promovendo o desenvolvimento tecnológico e econômico da região e entorno.

Visando ampliar a estrutura, modernizar as capacitações e satisfazer a comunidade, o presente projeto se propõe a manifestar uma ação pedagógica inovadora na rede federal de ensino profissionalizante.

5 OBJETIVOS DO CURSO

No Brasil, as questões relacionadas à Proteção e Defesa Civil vêm passando por mudanças significativas nos últimos anos. Em 2012, ficou evidente que o tema alcançou um novo patamar de prioridade, o que foi materializado pela edição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012). Os temas relacionados a Proteção e à Defesa Civil estão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

correlacionados com os eventos climáticos adversos, para os quais, a comunidade e o governo precisam se preparar, com foco na formação e profissionalização do setor, na preparação da população e na criação de cidades resilientes.

5.1 OBJETIVO GERAL

Capacitar o profissional para a operacionalização dos procedimentos administrativos e jurídicos em Proteção e Defesa Civil, das práticas da gestão de risco de desastres e das práticas da gestão dos desastres, conforme preconizado na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Desenvolver no profissional, a percepção e o conhecimento da gestão de riscos de desastres, visando a concretização da prevenção e a redução dos riscos;

b) Desenvolver as habilidades para a mobilização comunitária e a comunicação, visando a preparação e movimentação de recursos no surgimento de desastres;

c) Formar profissionais para a execução de boas práticas ou atitudes de convivência com os riscos de sinistros tecnológicos, estiagem, deslizamentos e inundações;

d) Fortalecer as habilidades mentais e manuais para promoção de campanhas educativas e informativas, visando a redução dos riscos de desastres nas comunidades e nas escolas;

e) Qualificar o profissional para a execução das operações administrativas e legais, conforme os princípios e os objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

f) Desenvolver competências e habilidades para a prevenção, preparação, mitigação, resposta e restauração aos danos e impactos provocados pelos desastres, de origem tecnológica ou natural.

6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

6.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

São princípios filosóficos norteadores da Educação Profissional de Nível Técnico, especificamente para o Curso Técnico em Defesa Civil, essencialmente, aqueles enunciados e transcritos abaixo pelo Artigo 3º da LDB da edição de Março de 2017, referentes a toda a Educação Escolar, ou seja:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- c) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- d) respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- e) coexistência harmônica de instituições públicas e privadas de ensino;
- f) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- g) valorização do profissional da educação escolar;
- h) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- i) garantia de padrão de qualidade;
- j) valorização da experiência extra - escolar e,
- k) vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

6.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Dentre as diversas abordagens acerca da Educação, existem algumas concepções do processo de ensino e aprendizagem, como o inatismo, o ambientalismo e o sócio - histórico. Cada uma delas, embora não estanques, implicam grandes diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo Rego (2005) a abordagem inatista (apriorista ou nativista) se baseia na crença de que as capacidades básicas de cada ser humano já se encontram praticamente prontas no momento do nascimento ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar. Nesta concepção, a educação está relacionada com a fase do desenvolvimento individual, dependendo das habilidades inatas. As práticas pedagógicas são espontaneístas, pouco desafiadoras e a aprendizagem depende basicamente do aluno. Desta forma, a escola exime-se da responsabilidade da aprendizagem e a avaliação ocorre como instrumento de controle. Além disso, não existe uma contextualização social com o cotidiano, pelo contrário, o professor detém a palavra e o aluno apenas recebe a informação.

Ainda conforme a autora, outra abordagem, a ambientalista (associacionista, comportamentalista ou behaviorista), que é baseada na filosofia empirista e positivista, o desenvolvimento e a aprendizagem se confundem e ocorrem simultaneamente, isto é, se baseia na experiência como fonte de conhecimento. Nesta concepção, a escola tem não somente o poder de formar e transformar o indivíduo, como também o papel de corrigir problemas sociais. Entretanto, assim como na concepção anterior, os conteúdos e procedimentos didáticos não precisam ter relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais, assim como as práticas pedagógicas são espontaneístas. A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

aprendizagem nesta concepção está centrada na competência do professor, que detém o conhecimento. Valoriza-se o trabalho individual e suas implicações (atenção, concentração, esforço, disciplina) e a repetição. As avaliações nesta concepção pedagógica são periódicas, predominando a memorização.

A abordagem sócio-histórica (interacionista) para Rego, baseia - se no materialismo dialético, considerando o desenvolvimento da complexidade da estrutura humana como um processo de apropriação pelo homem da experiência histórica e cultural. Nesta concepção, as práticas pedagógicas partem daquilo que o indivíduo já conhece e mediado pelo professor, possibilita a ampliação e a construção de novos conhecimentos. Assim, a adoção do método e a avaliação da aprendizagem, devem considerar que o organismo e o meio exercem influência recíproca, e desta forma, o biológico e o social não podem ser dissociados.

Considerando as especificidades do curso e a premissa de que o homem se constitui como ser social a partir das interações sociais, culturais e históricas e, portanto, como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas pela cultura, abre-se rico espaço de interações entre sujeitos. Assim, o outro tem papel fundamental, mas para que exista apropriação do novo conhecimento, também é necessário que exista a internalização, ou seja, a transformação dos processos externos, onde há a reconstrução da atividade. O desenvolvimento humano se processa na direção do social para o individual; implica na ação partilhada, pois é através dos outros que são estabelecidas as relações entre sujeito e objeto de conhecimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

7 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A relação entre a teoria e prática tem a finalidade de fortalecer o conjunto de elementos norteadores da aquisição de conhecimentos e habilidades, necessários à concepção e à prática da profissão, tornando o profissional eclético, crítico e criativo para a solução das diversas situações requeridas em seu campo de atuação.

A dinâmica de oferta de aulas práticas para cada disciplina da matriz curricular deverá estar contemplada em cada plano de ensino das disciplinas, sendo estas de responsabilidade do professor da mesma e com o acompanhamento do setor pedagógico. A estrutura existente da instituição possibilitará por meio de seus laboratórios didáticos e de pesquisa, a execução das atividades práticas previstas no plano de ensino.

8 INTERDISCIPLINARIEDADE

Para avançar na direção da interdisciplinaridade, ou das atividades integradoras, as disciplinas de cada semestre deverão ser programadas em conjunto pelos professores de todas as disciplinas do semestre, buscando:

- a) planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) melhor utilização dos laboratórios;
- c) evitar sobreposição de conteúdos;
- d) estabelecer a complementaridade entre as disciplinas;
- e) uniformizar critérios de avaliação;
- f) maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- g) realização de seminários temáticos e ciclos de palestras;
- h) contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, regionais, produtivas, dentre outras;
- i) discutir e implementar ações integradas na viabilização da realização do estágio supervisionado, quando os temas descritos no relatório, estiverem relacionados com as disciplinas.

9 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

São compreendidas como componentes do perfil e da atuação profissional do Técnico em Defesa Civil:

- a) Atua na gestão de riscos de desastres, na gestão de desastres, de origem natural ou tecnológica, e nos procedimentos administrativos e jurídicos em Defesa Civil;
- b) Prepara planos de contingência e de mobilização comunitária em Defesa Civil;
- c) Planeja, mobiliza e sensibiliza a comunidade para reuniões de Núcleos Comunitários de Defesa Civil;
- d) Trabalha em equipes multidisciplinares e/ou interinstitucionais na realização de atividades relacionadas à atenção básica de Defesa Civil e de investigação de riscos em estruturas edificadas e processos de trabalho e produção com potencial sinistroso;
- e) Participa de equipes de reconstrução de comunidades e cenários atingidos em desastres e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- f) Atua em parcerias interinstitucionais, civil e militar, nos planos federal, estadual e municipal, como gestor\coordenador de crises provocadas por razão natural ou tecnológica.

10 CAMPO DE ATUAÇÃO

Atua na gestão dos riscos e dos desastres, na operacionalização dos procedimentos jurídicos e administrativos em defesa civil e no cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDC. As instituições acolhedoras dos futuros profissionais podem ser compreendidos como: a) Órgãos públicos; b) Organizações militares; c) Empresas públicas e privadas de meteorologia; d) Institutos de monitoramento, pesquisa meteorológica e climatológica; e) Meios de comunicação; f) Bancos e Empresas seguradoras e, g) Instituições educacionais e de pesquisa.

11 FORMA DE ACESSO AO CURSO

São requisitos de acesso para os interessados no Curso de Técnico em Defesa Civil:

- a) Ter concluído o Ensino Médio e ser aprovado no processo seletivo do IFC, de acordo com as normas definidas pela Instituição em edital; ou
- b) Ter concluído o Ensino Médio e ter participado de outra forma de ingresso ou acesso proposta pela Instituição em edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

12 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

DISCIPLINAS	Carga Horária (horas)*	Carga Horária (horas-aula)**
1º SEMESTRE		
Introdução à Defesa Civil	30 horas	36 h/a
Ciência do Solo	30 horas	36 h/a
Geografia Ambiental	30 horas	36 h/a
Operação de Equipamentos	30 horas	36 h/a
Saúde Pública	30 horas	36 h/a
Legislação Aplicada	60 horas	72 h/a
Tecnologia e Controle de Sinistros	60 horas	72 h/a
TOTAL	270 horas	324 h/a
2º SEMESTRE		
Estatística Aplicada	60 horas	72 h/a
Gestão de Desastres	60 horas	72 h/a
Primeiros Socorros	60 horas	72 h/a
Meteorologia e Hidrologia	60 horas	72 h/a
Segurança do Trabalho	30 horas	36 h/a
TOTAL	270 horas	324 h/a
3º SEMESTRE		
Prevenção e Controle de Incêndios	30 horas	36 h/a
Monitoramento Ambiental	30 horas	36 h/a
Psicologia do Desastre	30 horas	36 h/a
Administração e Mobilização Comunitária	60 horas	72 h/a
Topografia e Instrumentação	60 horas	72 h/a
Projeto Integrador	60 horas	72 h/a
TOTAL	270 horas	324 h/a
Total Carga Horária	810 horas	972 h/a

OBSERVAÇÕES:
Carga Horária (horas)* = 60 minutos
Carga Horária (horas-aula)** = 50 minutos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

13 EMENTÁRIO

DISCIPLINAS	Carga Horária	EMENTA
1º SEMESTRE		
Introdução à Defesa Civil	30 horas	Perfil Profissional do Técnico em Defesa Civil. Capacitação e Formação Profissional em Defesa Civil. Introdução ao Estudo da Defesa Civil: aspectos doutrinários e terminologia. Política Nacional de Defesa Civil. Estudos de Casos.
Referências bibliográficas básicas: BRASIL. Lei nº. 12.608, de 10 de Abril de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm . _____. Decreto nº. 7.257, de 4 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm . _____. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p. Disponível em: http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp . Referências bibliográficas complementares: CALHEIROS, Lelio Bringel; CASTRO, Antonio L. C. de; DANTAS, Maria Cristina. Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. 4. ed. Brasília, 2009. LEI COMPLEMENTAR Nº 534, de 20 de abril de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. LEI Nº 10.925, de 22 de setembro de 1998. Sistema Estadual de Defesa Civil - SIEDC, Fundo Estadual de Defesa Civil – FUNDEC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil / [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. - Florianópolis: CAD UFSC, 2012.		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

OLIVEIRA, Marcos - Emergências com Produtos Químicos - Manual Básico para Equipes de Primeira Resposta - Diretoria Estadual de Defesa Civil - Florianópolis -SC - 1a edição – 2000.		
Tecnologia e Controle de Sinistros	60 horas	Emergências com Produtos Perigosos. Tecnologia e Controle de Riscos em Estruturas Edificadas: patologias de edifícios. Processos de Trabalho e Produção com potencial sinistroso. Plano de Emergência – PAE.
Referências bibliográficas básicas: VIRIATO, Carlos Eduardo; TURIANI, Mário Sérgio. Manual de Auto Proteção para Manuseio e Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – PP 11 - 11a ed. São Paulo: 2012. ABIQUIM, Depto Técnico. Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos. São Paulo: 2011. 270 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas da ABNT/NBRs em prevenção de incêndios e planos de emergência. ARAÚJO, Giovanni Moraes de Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos: gerenciamento de Emergência Química. 2a Edição, Rio de Janeiro:Gerenciamento Verde Editora, 2005.948 p. COELHO, R.A. Patologias das alvenarias. Belo Horizonte, 2008 (Apostila do curso Patologia das Alvenarias, CREAMG- IMEC) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual para Implementação de Planos de Ação de Emergência para Atendimento a Sinistros Envolvendo o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Rio de Janeiro, 2005, 142p. (IPR. Publ., 716). Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina. Referências bibliográficas complementares: OLIVEIRA, Marcos - Emergências com Produtos Químicos - Manual Básico para Equipes de Primeira Resposta - Diretoria Estadual de Defesa Civil - Florianópolis -SC - 1a edição – 2000.		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ATLAS - Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 70.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

THOMAZ, E. Trincas em edifícios . São Paulo, 2007. (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Instituto de Pesquisas Tecnológicas – 1989).

THOMAZ, E. Trincas em Edifícios - Causas, Prevenção e Recuperação. Editora: PINI, Edição: 1ª, Referência: 0208156, ISBN: 85-09-00047-6

MARCELI, M. Sinistros na Construção Civil Editora: PINI Edição: 1ª edição ISBN: 978-85-7266-178-203/12/2007.

Ciência do Solo	30 horas	Gênese e Morfologia de Solos. Classificação de Solos. Química do Solo. Física do Solo: mecânica de solos.
-----------------	----------	---

Referências bibliográficas básicas:

PENTEADO, Margarida Maria. Fundamentos de geomorfologia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. 180 p.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula (org). Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: IOESC, 2005. 146 p. Disponível em: <http://http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/atlas/Atlas_Ceped.pdf>.

FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.

SILVA, Cassio Roberto da. Geodiversidade do Brasil: Conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM 2008. 264 p. Disponível em: <http://http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade_brasil.pdf>.

Referências bibliográficas complementares:

BARROS, Geraldo Luiz Miranda de. Meteorologia para navegantes. Rio de Janeiro: Edições Marítimas, 1991. 187 p.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

PRESS, Frank. et al. Para entender a terra. Tradução de Rualdo Menegat. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 64 p.

STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia. São Paulo: Saraiva, 2009. 159 p. (Metodologia do ensino de história e geografia: v.2).

Legislação Aplicada	60 horas	Princípios da Administração Pública. Administração direta e indireta. Atos administrativos. Poder de Polícia. Bens públicos. Serviços Públicos. Limitações Administrativas. Desapropriação. Ocupação Temporária. Requisição Administrativa e Civil. Licitação. Dispensa de Licitação. Registro de Preços. Convênios e Contratos. Transferências de Recursos Públicos. Orçamento Público. Lei de Crimes Ambientais. Licenciamento Urbano. Planejamento Urbano e Plano Diretor. Regularização Fundiária Urbana. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Efeitos Jurídicos e Responsabilidade do Desastre.
---------------------	----------	---

Referências bibliográficas básicas:

CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres ambientais e sua regulação jurídica**. Editora: Revista dos Tribunais. São Paulo. 2016.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanela. **Direito Administrativo**. Ed. Atlas. 25 ed. São Paulo. 2012.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. Ed. Malheiros. 21ed. 2013.

Referências bibliográficas complementares:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Ed. Saraiva. 13ed. 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. Ed. Malheiros. São



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Paulo. 32 ed. 2015.

SSBINO, Jamilson Lisboa. **Direito Ambiental e Urbanístico** Atualizado. Saraiva. São Paulo.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública**. Ed. Fórum. 4ed. Belo Horizonte. 2015.

LEITE (Coord.), José Rubens Morato. **Manual de Direito Ambiental**. Ed. Saraiva. São Paulo. 2015.

Operação de Equipamentos	30 horas	Introdução ao Estudo das Fontes de Energia e de Potência. Análise Econômica de Máquinas e Equipamentos: custos fixos, custos operacionais e de manutenção. Tipificação de Máquinas, Motores e Equipamentos. Operacionalização de Equipamentos em Desastres: radiocomunicação. Normas de Segurança e de Operação.
--------------------------	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

ANATEL - Agencia Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>.

SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e Periculosidade**: aspectos técnicos e práticos. 3. ed. atual. São Paulo: LTr, 1997. 228p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

Referências bibliográficas complementares:

RODRIGUES, M.I.; IEMMA, A. F. Planejamento de experimentos e otimização de processos. 1 Edição. Campinas: Ed. Casa do Pão, 2005.

VIEIRA, Valmir Inácio. Os Acidentes do Trabalho na Nova NR-12. Edição: 2ª Edição, 2014. ISBN: 9788536130460. 156p.

SHERIQUE, Jaques. NR-12 – Passo a passo para a implantação. 2014. ISBN: 9788536130026. 184 p.

DRAGONI, José Fausto. Proteção de Máquinas, Equipamentos, Mecanismos e Cadeado de Segurança. Edição: 2011. ISBN: 9788536119496. 264p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres. 3. ed. Brasília: MI, 2009.		
Saúde Pública	30 horas	Programas de Promoção da Saúde. Educação para a Saúde. Evolução Histórica do Conceito de Saúde e Doença: condicionantes e determinantes do processo saúde e doença. Epidemiologias. Vigilância à Saúde. Emergências Clínicas: classificação e prevenção.
Referências bibliográficas básicas: REVISTA RET-SUS: Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013-. ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Epidemiologia & Saúde . 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 709 p. LEIRIA, Maria de Lourdes. Assédio sexual laboral, agente causador de doenças do trabalho. Reflexos na saúde do trabalhador. São Paulo: LTr, 2012. 214 p. Referências bibliográficas complementares: MALETTA, Carlos Henrique Mudado. Epidemiologia e saúde pública . 3. ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2014. 322 p. HAY, Louise L. Afirmações positivas para a saúde . 3. ed. São Paulo, SP: Best Seller, 1993. 1 v. SCLIAR, Moacyr. Oswaldo Cruz & Carlos Chagas: o nascimento da ciência no Brasil . 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2007. 157 p. (Imortais da ciência). ISBN 8588023840. BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Lei nº 8.080 de 10.09.1990 . Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

e funcionamento dos serviços.

BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. **Lei nº 8.142 de 28.12.1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS.

Geografia Ambiental	30 horas	Relações Sociedade x Meio Ambiente. Urbanização Brasileira: uso e ocupação do solo, ocupação de encostas, movimentos de massa, erosão do solo. Biomas Brasileiros e Fitofisionomias de Santa Catarina. Mapeamento da Vegetação. Conservação Ambiental: <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> e <i>inter situ</i> .
---------------------	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

AB'SÁBER, Aziz. **Ecossistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2008. 299p. Ecossistemas do Brasil. NÚMERO DA BIBLIOTECA DE CAMBORIU: 577.4 E19

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia e meio ambiente**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

GUERRA, A.J.T; CUNHA, S.B. **Geomorfologia**: Uma atualização de bases e conceitos. Bertrand Brasil, 1994

Referências bibliográficas complementares:

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2000**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente MMA/SBF. 2004. 56 p.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.) **Erosão e conservação dos solos**; conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 340p, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Mapa da vegetação do Brasil e Mapa de Biomas do Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em maio de 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

KLEIN, R. M. **Mapa fitogeográfico de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues. 24p. 1978

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do. Geologia geral. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

RICKLEFS, R.E. 2010. **A Economia da Natureza**. 6ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro.

2º SEMESTRE		
Primeiros Socorros	60 horas	O Serviço de Emergências Médicas. Legislação Aplicada. Controle da Cena de Emergência. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DESA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma e Imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Intoxicação Exógena. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Acidentes com Múltiplas Vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes.
Referências bibliográficas básicas: NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado PHTLS: <i>prehospital trauma life support</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ALBINO, Rubia Maria. Urgências e Emergências . Florianópolis: Papa-Livro, 2003. HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de Biossegurança . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014. Referências bibliográficas complementares:		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA. **Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos**. São Paulo: ABIQUIM. 2015.

THIBODEAU, Gary A.; PATTON, Kevin T. **Estrutura e Funções do Corpo Humano**. São Paulo: Manole, 2002.

WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. **Atlas de Anatomia Humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1972.

BRODT, Mário. **Infartei, e agora?** Porto Alegre: AGE, 2007.

SILVA, Edilene Rodrigues da; TIMÓTEO, Rosalba Pessoa de Souza. **Educando e produzindo conhecimento em enfermagem**. Natal: EDUFRRN, 2008.

Estatística Aplicada	60 horas	Descrição de dados estatísticos: Apresentação e resumo de dados, construção de tabelas e gráficos; medidas descritivas de posição e de dispersão, assimetria e curtose. Medidas de associação: covariância e coeficiente de correlação. Regressão. Análise Exploratória de dados: diagrama dos cinco números, gráfico de ramo e folhas, diagrama de caixa ("box-plot"). Introdução à probabilidade e distribuição teórica de frequência. Noções de amostragem e inferência estatística (estimação e testes de hipóteses).
----------------------	----------	---

Referências bibliográficas básicas:

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2012. 315 p. (Coleção Didática). Número de chamada: 519.2:3 B235e (Camboriú) – (10 exemplares).

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 10. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

xviii, 696 p. Número de chamada: 519.2 T834i (Camboriú) – (5 exemplares).

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. **Estatística aplicada**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Número de chamada: 519.2 F676c (Camboriú) - (5 exemplares).

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 144 p. Número de chamada: 519.2 V657e (Camboriú) – (9 exemplares).

Referências bibliográficas complementares:

BARBETTA, P. A., REIS, M. M., BORNIA, A. C. **Estatística para cursos de engenharia e informática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 410 p. Número de chamada: 519.2:62 B235e (Camboriú) – (5 exemplares).

MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W.O. **Estatística básica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 540 p. Número de chamada: 519.2 M845e (Camboriú) - (7 exemplares).

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p. Número de chamada: 519.2 C921e (Camboriú) - (2 exemplares).

MORETTIN, L. G. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010. 375 p. Número de chamada: 519.2 M845e (Camboriú) – (10 exemplares).

TIBONI, C. G. R. **Estatística básica para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão**. São Paulo: Atlas, 2010. xii, 332 p. Número de chamada: 519.2 T554e (Camboriú) – (10 exemplares).

Segurança do Trabalho	30 horas	Normas Regulamentadoras Aplicadas em Defesa Civil (NR's\MTE). Procedimentos Administrativos e Operacionais em Saúde e Segurança do Trabalho. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Insalubridade e Periculosidade. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC). Biossegurança.
-----------------------	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 3. ed. São Paulo: LTr,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2010. 462 p. ISBN 9788536114606.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. 478 p. ISBN 9788536117850.

SCALDELA, Aparecida Valdinéia. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012. xxx, 433 p. ISBN 9788577282593.

HIGIENE e Segurança do Trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ABEPRO, 419 p. ISBN 97888535235203.

Referências bibliográficas complementares:

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho**. 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística, segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas . São Paulo, SP: Atlas, 1999. 254 p.

SALIBA, Tuffi Messias.; CORREA, Marcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade**: aspectos técnicos e práticos. 11. ed. São Paulo: LTR, 2012. 256 p. ISBN 9788536122595.

SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 3.ed. São Paulo: LTr, 2005. 720 p. ISBN 8536106808 (broch.).

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle do ruído**: PPRA. 6. ed. São Paulo, SP: LTr, 2011. 136 p. ISBN 9788536119335.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados - PPRA**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010. 112 p. ISBN 9788563120461.

CORREA, Marcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores**: PPRA. 4 .ed. São Paulo: LTr, 2012. 143 p. ISBN 9788536120485.

Gestão de Desastres	60 horas	Princípios da Gestão de Desastres: codificação brasileira de desastres. Gestão Integrada de Desastres. Sistema de Comando em Operações (SCO).
---------------------	----------	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		Estudo dos Cenários: cenários prospectivos, restabelecimento e reabilitação de cenários atingidos. Mapeamento Participativo de Risco. Planos de Gestão de Riscos: plano diretor de defesa civil.
Referências bibliográficas básicas: SANTA CATARINA. Governo do Estado – Capacitação em Defesa Civil, Prevenção e Redução de Desastres. 1ª. Ed. Florianópolis/SC: CEPED/UFSC, 2003. Pág. 59. OLIVEIRA, Marcos de. Manual Gerenciamento de Desastres: Sistema de Comando em Operações. Florianópolis: MI, SEDEC, UFSC, CEPED, 2009. Pág. 21. GOMES JÚNIOR, Carlos Alberto de Araújo. O uso do <i>incident command system</i> em operações de preservação da ordem pública, do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Pública da Unisul. 2006. 89f. Monografia (Especialização em Administração Pública) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. DAFT, Richard L. Administração. 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. UFSC. Capacitação Básica em Defesa Civil – Livro Texto para Educação a Distância. Florianópolis/SC: CEPED/UFSC, 2011. 36p. Referências bibliográficas complementares: United Nations , International Strategy For Disaster Reduction (UN/ISDR). Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives, 2004. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm>. CATE, Fred H. The media and disaster reduction: roundtable on the media, scientific information and disasters at the United Nations World Conference on Natural Disaster Reduction. Disponível em: http://www.annenberg.northwestern.edu/pubs/disas/disas3.htm. SPHERE PROJECT. Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response. Disponível em: http://www.sphereproject.org/. Renata Albergaria de Mello Bandeira, Vânia Barcellos Gouveia Campos e Adriano de Paula Fontainhas Bandeira (2011), “Uma visão da logística de atendimento à população atingida por desastre natural”.Ata		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

do XXV ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, Belo Horizonte, MG, Programa de Engenharia de Transportes – PGT, Instituto Militar de Engenharia – IME.

Fabiano de Souza, Renaldo Onofre Laureano Junior (2012), “Gargalos Burocráticos na Logística Humanitária pela Defesa Civil de Santa Catarina em Eventos Hídricos Extremos”. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, SC.

Meteorologia e Hidrologia	60 horas	Introdução ao Estudo da Climatologia, Meteorologia e Hidrologia. Precipitação (P). Evapotranspiração Potencial (ETP). Evapotranspiração Real (ETR). Armazenamento de Água (CAD). Balanço Hídrico Climático. Estações Meteorológicas e Climatológicas. Hidrologia: ciclo hidrológico, pluviosidade, drenagem pluvial e bacias hidrográficas. Hidrologia Social.
---------------------------	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

TUBELIS, Antônio. **Metereologia Descritiva**: fundamentos e aplicações brasileiras. São Paulo: Nobel, 1980. 374 p.

VIARRELO, Rubens L. **Metereologia Básica e Aplicações**. Viçosa, MG: imp. Universitária UFV, 1991. 449 p.

BARROS, Geraldo Luiz Miranda de. **Meteorologia para navegantes**. Rio de Janeiro: Edições Marítimas, 1991. 187 p.

Referências bibliográficas complementares:

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula (org). **Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005. 146 p. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/atlas/Atlas_Ceped.pdf>.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.

QUIRINO, Tarcizio Rego. **Impacto Agroambiental**: perspectivas, problemas, prioridades. São Paulo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Edgard Blucher: EMBRAPA, 1999. 184p.

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

3º SEMESTRE		
Prevenção e Controle de Incêndios	30 horas	Teoria do Fogo: conceito e tetraedro do fogo. Fenomenologia da Combustão: classes de incêndio. Métodos de Extinção: características e aplicabilidade dos agentes extintores. Técnica e Tática de Combate a Incêndios. Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios: aparelhos extintores, alarmes, sinalização, sprinklers, mangueiras e hidrantes. Normas de Segurança e Controle de Incêndios.
Referências bibliográficas básicas: ATLAS - Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho . 70.ed. São Paulo: Atlas, 2013. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas da ABNT/NBRs em prevenção de incêndios e planos de emergência . Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina. Instruções Normativas . Referências bibliográficas complementares: ABIQUIM, Depto Técnico. Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos . São Paulo: 2015. 270 p. NAEMT (National Association of Emergency Medical Technicians). Atendimento Pré Hospitalar ao Traumatizado . [Tradução de Diego Alfaro e Hermínio de Mattos Filho].Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos :gerenciamento de Emergência Química.2a Edição,Rio de Janeiro:Gerenciamento Verde Editora, 2005.948 p. Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de São Paulo. Instruções Normativas .		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais. **Instruções Normativas.**

Topografia e Instrumentação	60 horas	Noção de Escala. Planimetria: medição de distâncias, goniometria, métodos de levantamentos planimétricos. Altimetria: referência de nível, altitudes e cotas, nivelamentos e perfil longitudinal. Planialtimetria: curvas de nível e métodos de levantamentos planialtimétricos. Instrumentação em Defesa Civil. Informática Aplicada a Defesa Civil: noções de editores de planilha, imagens de satélites, desenho assistido por computador e sistema de informações geográficas.
-----------------------------	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

BORGES, A. C. Exercícios de topografia. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.

COMASTRI, J. A; & JUNIOR, J. G. Topografia aplicada – medição, divisão e demarcação. Viçosa. Editora: UFV, 2003.

ESPARTEL, L. Curso de Topografia. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Normas técnicas para levantamentos topográficos. 2001, 70p.

Referências bibliográficas complementares:

LOCH, C.; CORDINI, J. (1995). Topografia contemporânea: Planimetria. Editora da UFSC.

ESPARTEL, Lelis. Curso de Topografia. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 655p.

GARCIA, Gilberto José; PIEDADE, Gertrudes Celene Rocha. Topografia: aplicada as ciências agrárias. 5. ed. São Paulo Nobel 1989 256p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

LOPES, Elizabeth Teixeira; KANEGAE, Cecília Fugico, DI PIERRO NETO, Scipione. Desenho geométrico. Ed. reform. São Paulo: Scipione, 1995.

SANTIAGO, Anthero da Costa. INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA. Guia do técnico agropecuário: topografia e desenho. Campinas, SP: Instituto Campineiro do Ensino Agrícola, 1982. 110p.

Psicologia do Desastre	30 horas	Noções de Psicologia e Comportamento Humano. Relações Interpessoais. Memória e Experiência. Razão e Emoção. Saúde Mental e Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Assistência Humanitária.
------------------------	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. (9 exemplares). Número de chamada: 159.9B665p

DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (5 exemplares). Número de chamada: 159.98 D331p

MINICUCCI, A. **Relações humanas**: Psicologia das relações interpessoais. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012. (2 exemplares). Número de chamada: 658.310.4 M665r

Referências bibliográficas complementares:

BRASIL. **Gestão de riscos e desastres**: contribuições da Psicologia. Curso a distância. Centro universitário de estudos e pesquisas sobre desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8fa26fe8-d31a-4531-92ca-346e6c69867f&groupId=10157

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres**: contribuições para a construção de comunidades mais seguras. FINATEC/UnB: Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.abrapede.org.br/wp-content/uploads/2013/01/I-SEMINARIO-NACIONAL.pdf>

GAZZANIGA, M. HEATHERTON, T. **Ciência psicológica**: mente, cérebro e comportamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Tradução de Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCALDELA, A. V. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. São Paulo: Yendis, 2012. (6 exemplares). Número de chamada: 331.45 M294.

VALÊNCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Vitor; GONCALVES, Juliano Costa. (Orgs). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima: ed. da UfFcar, 2009.

Administração e Mobilização Comunitária	60 horas	Ética e Cidadania: direitos humanos e segurança pública. Ciclo da Gestão de Defesa Civil. Gestão Pública em Defesa Civil. Assistência Humanitária. Logística de Desastre: abrigos e recursos. Comunicação, Mídia e Tecnologias Sociais em Redução de Riscos de Desastres. Campanhas de Mobilização: informativa, educacional, prevenção, acionamento e de doação. Recursos Humanos: voluntariado. Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) e Participação Social. Mapa Comunitário Multirrisco. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Ações Comunitárias em Defesa Civil. Mobilização para Construção de Cidades Seguras e Resilientes.
---	----------	--

Referências bibliográficas básicas:

ALBINO, Lisangela. **Contribuições para a Elaboração de Planos Comunitários de Gestão de Risco de Desastres**: estudo de caso da Região dos Baús, Ilhota – SC. Monografia do Curso de Especialização em Gestão de Risco de Desastres para o Desenvolvimento Socioambiental – FAED. Florianópolis, 2013.

CEPED UFSC. **Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres**. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/mobilizacao_comunitaria_e_comunicacao_de_risco_0.pdf

CEPED UFSC. **Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres**. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/12/Guia-de-Mobilizacao-Final-2.pdf>

Referências bibliográficas complementares:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

BRASIL. Lei nº. 12.608, de 10 de Abril de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. Ministério do Planejamento e Orçamento, Departamento de Defesa Civil. Brasília, 2007.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Manual de planejamento em defesa civil. 1. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 1999. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/planejamento.asp>>

CEPED UFSC. Curso de capacitação para usuários do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID: Módulos de registro e de reconhecimento. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/01/S2ID-Curso-de-Capacitacao-para-Usu%C3%A1rios-do-S2ID-modulos-de-Registro-e-de-Reconhecimento-Final.pdf>

MARTINS, L. B. . Design Social e a Construção Coletiva da Segurança. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 64, p. 30-42, 2014. Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/64/>

TORO, José Bernardo. WERNECK, Nisia Maria Duarte. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasil: UNICEF, 1996. 90 p. Disponível em: <<http://www.compreender.com.br/gestao/files/biblioteca/5b1eeb01411d764ed1046eea1b92be10.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2015.

UNISDR. Como construir cidades resilientes resilientes. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres. 2012.

_____. Instrução Normativa nº. 1, de 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/legislacoes>>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional Secretaria Nacional de Defesa Civil. Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC, 2007. Disponível em: http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/banco-de-precos/doc_view/28-apostila-comdec.html

_____. Manual de Desastres Naturais. Volume I. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil. Brasília, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Comunicação de riscos e de desastres. Curso a distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pb.gov.br/arquivos/downloads/livros/comunicacao.pdf>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais. Curso a distância / Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

Monitoramento Ambiental	30 horas	Impacto Ambiental e Desastres. Poluição. Licenciamento Ambiental: aspectos normativos. Amostragem Ambiental. Perícia Ambiental.
-------------------------	----------	---

Referências bibliográficas básicas:

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Avaliação e Perícia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, c1998. 261p.

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

BENJAMIN, Antonio Herman U. **Estudo Prévio de Impacto Ambiental**: teoria, pratica e legislação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 245p.

MIRRA, Alvaro Luiz Valery. **Impacto ambiental**: aspectos da legislação brasileira. 2. ed. atual, aum São Paulo: J. de Oliveira, 2002. 108p

Referências bibliográficas complementares:

SILVA, Elias; MORAIS, Jershon; Centro de Produções Técnicas (MG). Técnicas de avaliação de impactos ambientais. Viçosa: CPT, 1999. 1 videocassete (74 min.): VHS/NTSC, son. color .

SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. Avaliação ambiental de processos industriais. Ouro Preto: ETFOP, 2002.177p.

QUIRINO, Tarcizio Rego. Impacto Agroambiental: perspectivas, problemas, prioridades. São Paulo: Edgard Blucher: EMBRAPA, 1999. 184p.

FARIAS, Bernadete Ferreira. Legislação Ambiental de Santa Catarina: coletânea organizada por Bernadete Ferreira Farias. Atualizada até junho de 2000. Florianópolis: Virtual, 2000. 263p.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris , 1996.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Projeto Integrador	60 horas	Sistema Informatizados aplicados à Defesa Civil. Proteção e Defesa Civil: aspectos doutrinários. Mapa Comunitário Multirrisco: aplicação. Estudos de Casos. Seminários.
--------------------	----------	---

Referências bibliográficas básicas:

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Manual de planejamento em defesa civil. 1. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 1999. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/planejamento.asp>>.

FORMAÇÃO & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. 201 p. (Formação & informação). ISBN 9788532308559.

Governo do Estado de Santa Catarina. Mídia, imagem e relacionamento com os meios. Secretaria de Estado de Comunicação. Florianópolis, 1º de julho de 2008.

Referências bibliográficas complementares:

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). [2015]. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/s2id>>.

BRASIL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. 3. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/publicacoes>>.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Gestão de desastres e ações de recuperação / [Organização Janaína Rocha Furtado]. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. 242 p. ISBN 978-85-64695-79-5

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros 2011: pesquisa de informações básicas municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 361 p. ISBN 9788524042553.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação dos gestores de defesa civil para uso do sistema integrado de informações sobre desastres – S2ID. [Texto: Jairo Ernesto Bastos Krüger]. Florianópolis: CAD UFSC, 2012

ZENATTI, Ana Paula de Assis; SOUSA, Soledad Y. U. de. (org.). Relatos de um Desastre – Narrativas Jornalísticas da Tragédia de 2008 em Santa Catarina. Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania. UFSC/ CEPED. Florianópolis, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Neste plano do Curso Técnico de Nível Médio em Defesa Civil, considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- definição de conhecimentos significativos;
- divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os alunos;
- divulgação dos resultados do processo avaliativo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;

- importância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e semestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas.

A recuperação paralela ou reavaliação de conteúdos é obrigatória e deverá ser realizada no final do semestre e em conformidade com o que prevê a Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFC (Resolução nº. 084/CONSUPER/2014).

O docente do componente curricular poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no Plano de Ensino.

O número mínimo de avaliações necessárias para composição das médias parciais será de 02 (duas) avaliações semestrais, podendo ser atribuídas pesos diferentes conforme Plano de Ensino apresentado pelo docente.

A avaliação do desempenho do estudante deverá ser feita pelo docente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

com atribuição de notas, expressas em grau de 0 (zero) a 10,0 (dez) .

Será considerado aprovado o estudante que obtiver média do período letivo igual ou superior a 7,0 (sete) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

O estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular e que não obtiver a média do período letivo (MP) resultante das médias parciais, igual ou superior a 7,0 (sete), terá direito a prestar exame final (EF), tendo média final (MF) resultante da seguinte fórmula:

$$MF=(MP*0,6)+(EF*0,4)\geq 5,0$$

O exame final é uma avaliação composta por todo o conteúdo ministrado no semestre de cada componente curricular, que tenha sido devidamente recuperado em termos de aprendizagem e tem por objetivo recuperar as notas dos estudantes que não obtiveram aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete) em cada componente curricular.

Será considerado aprovado após o exame final, o estudante que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco), por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Os procedimentos junto à Coordenação de Registros Acadêmicos para que o estudante solicite segunda chamada de avaliação e/ou revisão de atividade avaliativa estão descritos nos Capítulos XVIII e XX da Resolução nº. 084/CONSUPER/IFC/2014.

15 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

O curso Técnico em Defesa Civil poderá prever atividades não presenciais de até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, uma vez que o parágrafo único do art. 26 da resolução Nº 06 de 20 de setembro de 2012, do Ministério da Educação, dispõe:

“Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.”

Para o Curso de Técnico em Defesa Civil, caracteriza-se a modalidade não presencial de ensino, como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

16 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

a) Aproveitamento de Estudos:

Poderá ser concedido o aproveitamento de estudos mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, protocolado pelo próprio estudante ou pelo seu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

representante legal na Coordenação de Registro Acadêmico, acompanhado dos seguintes documentos:

I – histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e rendimentos escolares dos componentes curriculares cursados;

II – planos de ensino dos componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino contendo no mínimo, ementário, conteúdo programático, referências e carga horária.

§1º. A verificação da compatibilidade dos componentes curriculares cursados com aproveitamento dar-se-á pela análise do processo, com base no parecer do Coordenador do Curso e do docente do componente curricular, respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e da carga horária do(s) componente(s) curricular(es) do curso pretendido.

§2º. Pode-se combinar mais de um componente curricular para validação do componente curricular pretendido.

§3º. Todos os documentos exigidos devem ser emitidos pela instituição de origem.

§4º. É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino distintos.

§5º. Atendendo à recomendação do parecer CEB/CNE 18/2002, tem-se que para fins de aproveitamento de estudos ou revalidação de diploma, em especial, no caso da Educação Profissional de nível técnico, há necessidade de revalidação do diploma obtido no exterior por parte de uma escola que ofereça a habilitação profissional na área, devidamente autorizada pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino e inserida no Cadastro Nacional de curso de nível técnico, mantido e divulgado pelo Ministério da Educação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A análise do conteúdo será efetuada apenas nos casos de componentes curriculares com carga horária igual ou maior que a prevista no curso pleiteado no IFC. Os casos excepcionais (Regime Domiciliar) serão tratados de acordo com regulamentação a ser normatizada.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os Planos de Ensino dos componentes curriculares apresentados e não sobre a denominação deles.

Serão aproveitados os componentes curriculares cujos conteúdos apresentados coincidirem em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com os Planos de Ensino dos componentes curriculares do respectivo curso.

Com vistas ao aproveitamento de estudos, os estudantes de nacionalidade estrangeira e brasileiros com estudos no exterior deverão apresentar documentos legalizados por via diplomática e com equivalência concedida pelo respectivo sistema de ensino.

O estudante será matriculado no módulo ou semestre que corresponder aos estudos realizados, procedendo-se adaptações, caso necessário.

b) Processos de Conhecimentos Extra-Escolares:

O estudante interessado em prestar a avaliação para a certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não formal, deverá encaminhar requerimento ao coordenador do curso, protocolando-o na Coordenação de Registro Acadêmico, conforme Calendário Escolar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não formal será realizada por uma Comissão nomeada pelo Diretor do *Campus* e constituída por um membro da equipe pedagógica e docentes dos componentes curriculares, objeto de certificação.

Do resultado da avaliação para certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não formal será lavrada ata a ser encaminhada ao Coordenador do Curso e à Secretaria Escolar, para proceder ao registro e publicação dos componentes curriculares validados ou não. Parágrafo Único: será dispensado do componente curricular, o estudante que for submetido (a) a uma avaliação teórico-prática e que obtenha aproveitamento igual ou superior a nota 7,0 (sete), cabendo à Comissão emitir parecer conclusivo sobre a matéria ou conceito equivalente.

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Não existe ainda, em nossa instituição, nenhuma instrução normativa referente à avaliação dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

18 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008).

Os estudantes poderão realizar estágios que complementem algum campo de conhecimento específico do curso, com intuito de aperfeiçoar sua prática na área, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

As atividades de estágio não obrigatório, observada a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

19 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA

19.1 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	02 (dois) Auditórios com 50 lugares	Com recursos didáticos multimídia.
02	24 (vinte e quatro) Salas de aula c/ 40 lugares	Com recursos didáticos multimídia (TV).
03	04 (quatro) Laboratórios de Informática	Com computadores de mesa, disponíveis para turmas com 30 alunos.
04	01 (um) Laboratório de Suporte Básico de Vida	Práticas de Primeiros Socorros
05	01(um) Laboratório de Prevenção e Combate a Incêndios	Apresenta simuladores de incêndios em espaço confinado.
06	01 (um) Sala de Apoio 08 m ²	Sala de professores e de material didático do eixo Tecnológico Segurança.
07	01 (um) Laboratório de Gestão de Desastres	Laboratório Móvel com recursos audiovisuais e armários.
08	01 (um) Laboratório de Estudos de Cenários	Produção de material didático.
09	1(um) Auditório com 400 lugares	Salão Nobre para Eventos.
10	1(um) Laboratório de Controle Ambiental	Análise de água e de impactos ambientais.
11	1(um) Laboratório de Física	Equipamentos de Física Experimental.
12	1(um) Laboratório de Química Básica	Experimentos em Química Básica e Ambiental.
13	1(um) Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho	Equipamentos de Higiene Ocupacional e Equipamentos de Proteção Individual.
14	Biblioteca	Contem 34.552 exemplares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

19.2 DESCRIÇÃO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú* tem como missão: “Promover o acesso, recuperação e transferência de informações que respaldem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do IFC, contribuindo para a formação de profissionais - cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada”.

Como suporte ao desenvolvimento de suas ações, a biblioteca ocupa uma área construída de 600 m² que abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente **34.552** exemplares. Oferece áreas para estudo em grupo e individual (90 lugares), 6 (seis) computadores para pesquisa na internet e digitação de trabalhos, rede wireless para facilitar uso de computadores pessoais, 01 miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com computador, acesso a Internet, Datashow e tela de projeção interativa.

O gerenciamento de todos os serviços na biblioteca é automatizado utilizando-se o sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos realizados pelos usuários, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos online, através do site <<http://biblioteca.ifc.edu.br/biblioteca-camboriu/>>. Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca mantém os serviços de empréstimo entre as bibliotecas do IFC.

O apoio à iniciação científica é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos abrangendo orientações de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso de bases de dados, pesquisas na internet, normalização bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa.

19.3 ACESSIBILIDADE

Parte da arquitetura do *Campus Camboriú*, refere-se ao modelo da década de 50, período da sua fundação como Colégio Agrícola de Camboriú, quando ainda não havia preocupação para com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O acesso seguro e autônomo às vias públicas e às edificações, foram implantadas através de nova construção e de reformas, conforme estabelece a legislação federal vigente e normas técnicas (NBR 9050/2004). As novas edificações apresentam desde o projeto, os requisitos estruturais de acessibilidade – calçadas, pontos táteis, portas, barras de apoio, sanitários e sinalização.

Neste sentido observa-se a arquitetura separando as construções da Instituição em antiga, reformada e nova.

Quanto a construção antiga, no que se refere a área livre, o espaço para manobra de um cadeirante com deslocamento de 180 graus que possui o mínimo de 1,50 (largura)x1,90 (profundidade) é parcial. No que se refere a área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, conforme determina a NBR 9050/2004.

A construção antiga possui acesso a andares superiores através de escada que possuem patamar a cada 3,20 m de desnível quando há mudança de direção, além dos corrimões possuírem acabamento recurvado e estarem na altura correta, entre 0,70 m e 0,92 m, há também a opção de um elevador.

Quanto a circulação interna da construção antiga, os corredores de uso comum têm a extensão superior a 10,00 m e possuem 1,50 m de largura, as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

portas de circulação interna possuem largura mínima de 0,80 m, conforme NBR 9050/2004.

De modo geral, a entrada de alunos está localizada na via menor de fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessíveis e áreas de alcance manual.

Quanto a área de alcance da construção reformada e da construção nova, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, atendendo a NBR 9050/2004.

O acesso e a sinalização das partes reformadas e nova, possuem parcialmente pisos com superfície regular, firme e antiderrapante, desníveis do piso em altura máxima de 5 mm. Rampas com largura mínima de 1,20 m, elevador, escadas com patamar a cada 3,20 m de desnível em mudança de direção. Corrimões com acabamento recurvado, em altura entre 0,70 m e 0,92 m.

A circulação interna dos prédios, reformado e novo, possuem corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m com 1,20 m de largura, corredores com extensão superior a 10,00 m com 1,50 m de largura. Portas de circulação possuem largura mínima de 0,80 m e a área de aproximação de uma porta em seu sentido de entrada possui área livre de 1,20 m, suas maçanetas são do tipo de alavanca. Já as calçadas, passeios e vias de pedestres possuem faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m.

Os banheiros da estrutura reformada, há reservas para pessoas com deficiência, a bacia sanitária está numa altura mínima entre 0,43 e 0,48 (com a tampa do assento), o acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m e há lavatório dentro do sanitário reservado para pessoas com deficiência.

E a acessibilidade da construção nova da Instituição, a área livre para circulação de uma pessoa possui a largura mínima de 1,20 m, parcialmente para circulação de duas pessoas com largura mínima de 1,80 m. Espaço para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) rotação de 90 graus possui o mínimo de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

1,20 m por 1,20 m. E para um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 graus também possui o mínimo de 1,50 m por 1,20 m. Ainda para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 360 graus possui o mínimo de diâmetro de 1,50 m.

Quanto a área de alcance, a altura dos interfonos, telefones e similares estão entre 0,80 m e 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m a 1,00 m. Estão parcialmente dentro das regras a altura dos interruptores, das tomadas elétricas e dos armários em geral.

Para com os banheiros da construção nova, existem sanitários reservados para pessoas com deficiência, estão parcialmente localizados dentro de uma rota acessível, o sanitário para pessoas com deficiência possui barras de apoio acessíveis, a bacia do referido sanitário possui uma circunferência de acordo com o MR/ Módulo de Referência (0,80 m x 1,20 m). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m. Há lavatório a uma altura de 0,78 m e 0,80 m.

Quanto as vagas para veículos, perto da biblioteca, o estacionamento possui reserva para pessoas com deficiência e a vaga possui a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso. As vagas para veículos na lateral e nos fundos das instalações também possuem reserva para pessoas com deficiência com a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso.

De modo geral a acessibilidade na construção nova, a entrada de alunos está localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula convencionais e laboratórios) são acessíveis, possuem áreas de aproximação e manobra acessível, áreas de alcance manual também acessível. Na biblioteca há publicações em braille. Na faixa livre de circulação há rampas.

O *Campus* Camboriú, possui para além da infraestrutura física, a política educacional que prevê a acessibilidade, como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, o qual oferece suporte as pessoas com necessidades específicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Em relação aos alunos surdos, o *Campus* efetivou em 2014 por meio de concurso público, um técnico-administrativo tradutor intérprete de LIBRAS e um docente em LIBRAS, para atuar nos cursos e na formação dos servidores.

Em relação aos alunos cegos e/ou com baixa visão, as providências e soluções tecnológicas como aquisição e/ou desenvolvimento de softwares e de ambientes virtualmente acessíveis, bem como de tecnologias assistidas ou ajudas técnicas (braille), estão sendo estimuladas pelo Centro de Formação de Técnicos e Instrutores de Cães - Guia. Estruturado a partir de 2011, o referido Centro também executa, desde 2013, uma formação de pós – graduação em treinador e instrutor de cães-guia e promoção de eventos correlatos com o tema.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

20 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

20.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DISPONÍVEL

DISCIPLINAS	Professor	Regime	Titulação
Introdução à Defesa Civil	Cleonice Maria Beppler SIAPE 2042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres.
Tecnologia e Controle de Sinistros	Leandro Mondini SIAPE 1812042 leandro.mondini@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Civil. Especialização em Gestão de Desastres.
Ciência do Solo	Cristiane Regina Michelin SIAPE 1998372 Cristiane.michelon@ifc.edu.br Fone: 0472104-0871	DE	Licenciatura em Geografia. Doutorado em Geografia.
Legislação Aplicada	Gilmar Bolsi SIAPE 2771262 gilmar.bolsi@ifc.edu.br Fone: 0472104-0806	DE	Graduação em Direito. Mestrado em Direito.
Operação de Equipamentos	Marcos Alexandre Heinig SIAPE 2277873 marcos.heinig@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Engenharia Agrônoma. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
Primeiros Socorros	Marcos Alexandre Heinig SIAPE 2277873 marcos.heinig@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853		Engenharia Agrônoma. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
Saúde Pública	Flávia de Souza SIAPE 2141010 flavia.fernandes@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Enfermagem. Mestre em Ciências da Saúde.
Geografia Ambiental	Eliziane Carla Scariot SIAPE 20854676 Eliziane.scariot@ifc.edu.br Fone: 0472104-0871	DE	Licenciatura em Biologia, com Pós Graduação em Geociências.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Estatística Aplicada	Leonardo Talavera Campos SIAPE 1098675 leonardo.campos@ifc.edu.br Fone: 0472104-0851	DE	Graduação em Engenharia Agrônoma. Doutorado em Melhoramento Genético
Prevenção e Controle de Incêndios	Marcos Alexandre Heinig SIAPE 2277873 marcos.heinig@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Engenharia Agrônoma. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
Segurança do Trabalho	Cleonice Maria Beppler SIAPE 2042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres.
Gestão de Desastres	Leandro Mondini SIAPE 1812042 leandro.mondini@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Civil. Especialização em Gestão de Desastres.
Topografia	Leandro Mondini SIAPE 1812042 leandro.mondini@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Civil. Especialização em Gestão de Desastres.
Psicologia do Desastre	Nadia Rocha Veriguine SIAPE 1984469 nadia.veriguine@ifc.edu.br Fone: 0472104-0806	DE	Graduação em Psicologia. Licenciatura em Psicologia. Doutorado em Psicologia
Administração e Mobilização Comunitária	Cleonice Maria Beppler SIAPE 2042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres.
Monitoramento Ambiental	Letícia Rabelo SIAPE 1491801 leticia.rabelo@ifc.edu.br Fone: 0472104-0800	DE	Engenharia Ambiental e Sanitária. Mestrado em Engenharia Ambiental.
Meteorologia e Hidrologia	Cristiane Regina Michelon SIAPE 1998372 cristiane.michelon@ifc.edu.br Fone: 0472104-0871	DE	Licenciatura em Geografia. Doutorado em Geografia.
Projeto Integrador	Cleonice Maria Beppler SIAPE 2042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

21. DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

21.1 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

SIAPE	Servidor	Formação Acadêmica	Cargo
2380091	Amanda Massucato	Bacharelado em Ciências Biológicas	Técnico em Laboratório
2135394	Andreia Dos Santos	Bacharelado em Biblioteconomia	Auxiliar de Biblioteca
1761694	Andressa Graziele Brandt	Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Administração; Mestrado em Educação	Pedagogo – Supervisora Educacional
1828484	Carine Calixto Aguenta	Bacharelado em Análise de Sistemas; Especialização em Engenharia de Sistemas	Analista de Tecnologia da Informação
1760072	Carlos Alexandre Porto	Ensino Médio; Técnico da Informática	Técnico em Informática
1456232	Carlos Alberto Dos Santos	Bacharelado em Gestão Ambiental	Técnico de Laboratório
2386053	Osni Lutke	Administração	Técnico em Secretariado
1522454	Fernanda Borges Vaz Ribeiro	Bacharelado em Biblioteconomia; Especialização em Arte, Cultura e Sociedade no Brasil	Bibliotecária-Documentalista
1758674	Genésio João Correia Júnior	Licenciatura em Letras Português/Espanhol	Técnico de Tecnologia da Informação
2009443	Gustavo Costa Meireles	Técnico em Informática, Bacharelado em Sistemas da Informação	Técnico em Tecnologia da Informação
1755105	Herlon Iran Rosa	Licenciatura em Ciências Biológicas	Assistente de Alunos
1456592	Hiran Rosa Ferreira	Ensino Médio; Técnico em Contabilidade	Assistente de Alunos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2053724	Márcia Rodecz	Graduação em Pedagogia; Especialização em Práticas Pedagógicas p/Ed.Básica	Técnica em Assuntos Educação
1843139	Ilda Dos Santos Cardoso Pereira	Bacharelado em História	Auxiliar Biblioteca
393041	Joer Maria Schuarz Muller	Bacharelado em Administração; Mestrado em Administração	Assistente em Administração
1225815	Luis Fernando Kluge	Bacharelado em Administração; Mestrado em Educação Agrícola	Cadastrador Institucional
1753077	Marcio Aparecido Lucio	Bacharelado em Administração; Especialização em Docência do Ensino Superior	Assistente em Administração
1758027	Marcel Amaral Dauod	Bacharelado em Administração	Administrador
1924646	Michela Cancillier	Bacharelado em Química Industrial	Técnico em Laboratório
1200713	Marouva Fallgatter Faqueti	Mestre em Engenharia de Produção	Bibliotecária- Documentalista
432717	Mercedes da Silva	Ensino Médio	Assistente em Administração
1773191	Michelli Shessarenko	Bacharelado em Administração - Marketing	Assistente em Administração
2134475	Naiara Aline Chaves Zat	Especialização em Psicopedagogia Escolar	Assistente de Alunos
1812872	Nelza de Moura	Bacharelado em Assistente Social	Assistente Social
1836745	Neusa Denise Marques Oliveira	Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Psicopedagogia	Pedagoga/Orientadora Educação
1760406	Orlando Bif	Bacharelado em Ciências Sociais; Especialização em Psicopedagogia e Gestão Escolar	Assistente em Administração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2125646	Regina Celia Sequinel Einfeld	Ensino Médio; Técnico em Gestão com Ênfase em RH	Auxiliar em Administração
1754140	Saionara Garcia Dotto	Ensino Médio	Assistente de Administração
2774392	Sany Regina Sardá Justi	Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação de Jovens e Adultos	Tradutora Intérprete de Libras
277892	Sérgio Dos Santos Souza	Bacharelado em Ciências Econômicas; Especialização em Gestão Pública	Auditor
1758606	Robinson Fernando Alves	Licenciatura em História Mestrado em História	Técnico em Assuntos Educacionais
362724	Simone Marques de Almeida	Bacharelado em Administração; Especialização em Gestão Universitária // Gestão de Recursos Humanos; Mestrado em Administração Profissional	Técnica de Tecnologia da Informação
1668816	Telma Zunlucas	Bacharelado em Comunicação Social	Assistente em Administração
1801689	Terezinha Pezzini Soares	Licenciatura em Letras - Português-Inglês; Mestrado em Letras - Literatura	Secretária Executiva
2963550	Wuyslen Raniery Santos Mello	Ensino Médio	Téc. Tecnologia da Informação
1758471	Vânia Leonardelli Pereira	Bacharelado em Turismo	Assistente em Administração
2165131	Kristian Vicente	Técnico em Segurança do Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

22 ASPECTOS GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO

É considerada como legislação vigente e pertinente ao curso:

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 - b) Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a LDB;
 - c) Resolução CNE No 04 de 13 de Julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
 - d) Resolução CNE No 02 de 30 de Janeiro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
 - e) Resolução CNE No 06 de 20 de Setembro de 2012, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Como diretrizes pedagógicas e técnicas orientadoras são consideradas:
- f) as premissas contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio e,
 - g) Resolução No 04 de 06 de Junho de 2012 (ANEXO 1), que dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB No 003/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
 - h) Resolução No 084 CONSUPER/IFC de 2014, que trata da Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

Ressaltamos que, como sendo formação de nova categoria profissional, ainda não há regulamentação do Técnico em Defesa Civil em nenhum Conselho Federal Profissional e/ou Conselho Regional Profissional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

23 ORIENTAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

O curso terá a carga horária total de 810 horas, sendo ministrado nas dependências didático – pedagógicas do Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú* e/ou das instituições parceiras e conveniadas.

As orientações didáticas e pedagógicas serão referenciadas e fixadas pela Resolução atualizada pelo Conselho Superior, do Instituto Federal Catarinense, respeitando os itens expressos na referida resolução.

24 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

A expedição e registro do Diploma de Técnico em Defesa Civil seguirá as orientações da Resolução nº. 084/CONSUPER/IFC/2014 e da Instrução Normativa IFC nº. 002/2010 de 25 de junho de 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

REFERÊNCIAS

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2010. 139p.

SANTA CATARINA (Estado). **Capacitação em Defesa Civil: Sistema de Comando de Operações (SCO)**. Florianópolis: 2006. 136 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Procedimentos Administrativos e Jurídicos em Defesa Civil**. Florianópolis, 2013a. 113 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Gestão de Risco de Desastres**. Florianópolis, 2013b. 149 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Gestão de Desastres**. Florianópolis, 2013c. 117 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Municípios em Ação**: Vídeo instrucional. Florianópolis, 2013d. 1 DVD(6 min). Som. Color.

BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**. 2012. Disponível em < <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em 07.outubro.2013, 10:24.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece **as diretrizes e bases da educação nacional**.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que **regulamenta a LDB**.

Resolução CNE Nº 04 de 13 de Julho de 2010, que define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Resolução CNE Nº 02 de 30 de Janeiro de 2012, que define **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**.

Resolução CNE Nº 06 de 20 de Setembro de 2012, que Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Resolução Nº 084\2014, que trata da **Organização Didática dos Cursos Técnicos**.

Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que trata da **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**.

Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Lei Nº 11.741 de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Lei Nº 11.892 de 2008 - Institui a **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, cria os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, e dá outras providências.

Lei Nº 11.788 de 2008 - Dispõe sobre o **estágio de estudantes**; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

